

FAMÍLIAS DE CAMADAS POPULARES: UM LUGAR LEGÍTIMO PARA A EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO DOS FILHOS

Sônia M. Gomes Sousa¹
Vannúzia Leal Andrade Peres²

Resumo

Baseado na análise e interpretação de informações empíricas reunidas ao longo de processos de investigação das autoras, este capítulo é uma tentativa de discussão sobre a necessidade que se tem de considerar as famílias de camadas populares as legítimas educadoras dos filhos. Inicialmente são apresentados aspectos psicossociais da família, em geral, e descritas suas novas configurações. Em seguida, são apresentadas algumas idéias sobre famílias de camadas populares e, finalmente, sugestões para mudança de paradigma em relação a elas.

Palavras-chave: famílias de baixa renda, educação familiar, desenvolvimento

Abstract

Based on empirical information, the aim of this paper is to present a few psychosocial and developmental features of families belonging to the low income level. It highlights the families' capability of producing education on their own. Some ideas on low income families are presented and, finally, suggestions for changes concerning them.

Key-words: Low income families, family education, development

Introdução

A tentativa de produção teórica sobre as famílias de camadas populares leva em conta as múltiplas mediações de sua existência concreta, buscando contribuir para a desconstrução de um paradigma marcado nas práticas sociais, que sempre colocaram-nas como incompetentes e incapazes de zelar pelo bem-estar de seus filhos.

Baseado na análise e interpretação de informações empíricas reunidas ao longo dos processos de investigação das autoras, este artigo representa uma tentativa de desenvolvimento de concepções realísticas sobre as famílias de camadas populares. São descritos, inicialmente, alguns aspectos da dimensão psicossocial da família e apresentados exemplos de suas novas configurações.

São apresentadas, ainda, algumas idéias acerca das famílias de camadas populares, focalizadas como o *locus* social e afetivo privilegiado da criança. A partir de reflexão sobre concepções inovadoras, na relação com um processo de investigação constituído de diversos momentos empíricos (Peres, 1997 e 2001), essas idéias são desenvolvidas e enfatizam a necessidade de considerar essas famílias como as legítimas educadoras dos filhos, a fim de que possam ser, afinal, reconhecidas em suas competências e potencialidades.

Enfim, com o entrelaçamento das discussões desde a perspectiva psicossocial de Sousa (2001) e a perspectiva contextual, desenvolvimental, dos cotidianos relacionais das famílias, adotadas por Peres (Peres, 2002b), algumas sugestões são apresentadas para mudança de paradigma em relação a elas.

Aspectos da dimensão psicossocial da família e suas novas configurações

Discutir a família como base de apoio a crianças e adolescentes pressupõe desnaturalizar essa instituição social, ou seja, significa que é necessário recuperar a compreensão de que a família, como grupo de mediação da relação indivíduo-sociedade é sociohistoricamente constituída.

A afirmação de que a família deve ser a base de apoio principal, ou a mais importante para crianças e adolescentes, sustenta-se no reconhecimento de que ela tem sido o grupo social que ainda se mostra capaz de superar as dimensões do individualismo e do isolamento humano impressas no cotidiano das pessoas pela sociedade capitalista ocidental. É fundamental, portanto,

romper com a concepção de que a família deve ser o espaço principal de socialização porque é a produtora, no âmbito biológico, das crianças e dos adolescentes, ou porque é formada de adultos que “naturalmente” são mais capazes, física e emocionalmente, do que as crianças e adolescentes.

Historicamente, a família nem sempre foi a mesma e, por conseguinte, nem sempre ofereceu a mesma qualidade de base de apoio às suas crianças e adolescentes. E, em um mesmo tempo histórico – por exemplo, a atual contemporaneidade urbana brasileira – existem sempre múltiplas possibilidades de constituição, ou não, dessas bases de apoio. É na relação entre o universal (normas, costumes, valores, ideologias) e o particular de cada grupo familiar específico (história do grupo familiar, afetividade, personalidade dos sujeitos) que as bases de apoio se constituem - ou não. Não se pode, por exemplo, esquecer a dimensão perversa da sociedade que impede – por diversos processos – o acesso a uma vida digna tanto material quanto emocional.

Assim, discutir este tema supõe situar a família em um contexto sociohistórico específico, porém sem desconsiderar sua dimensão afetiva. É no interior da família que a criança encontrará – ou não – o seu primeiro lugar físico e emocional. Cabe a ela, como grupo de mediação, fazer a preparação da criança para que possa participar de outros grupos sociais. É na convivência familiar que a criança iniciará a constituição de sua subjetividade e também colaborará na constituição da subjetividade dos outros membros – pai, mãe, irmãos, avós, tios, etc. Essa dimensão processual e dialética na constituição da subjetividade humana não deve ser esquecida, principalmente quando se discute as bases de apoio a crianças e adolescentes.

É consenso entre pesquisadores e estudiosos de diversas áreas o reconhecimento da família como um espaço privilegiado de socialização, de práticas de tolerância e divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência e lugar inicial para o exercício da cidadania sob a marca da igualdade, do respeito e dos direitos humanos. A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, de desenvolvimento e de proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como esteja estruturada.

Vicente (1994) enfatiza as dimensões biológica, afetiva e social existentes no vínculo familiar. Ressalta o quanto a criança depende dessas ligações para sobreviver – pois nasce necessitando de cuidados com o corpo, com a alimentação e com a aprendizagem – e o quanto ela precisa de um ambiente com afeto, amor e carinho para se desenvolver emocionalmente e crescer fisicamente, enfim, para se humanizar.

Ao analisar a família brasileira contemporânea, Calderón e Guimarães (1994) chamam a atenção para o fato de que não existe um único modelo de família – a família ideal ou nuclear burguesa – como ideologicamente é esta-

belecido. Uma análise da família do ponto de vista histórico mostra que ela tem-se apresentado em diversas composições e com características variadas. O fato é que, em um mesmo período histórico, sempre coexistem modelos familiares distintos, embora haja um predominante, hegemônico. Esses autores apontam a ampliação desses arranjos familiares, principalmente nas últimas duas décadas: famílias com base em uniões livres, sem o casamento civil e religioso; famílias monoparentais, com chefia feminina, decorrente de várias situações: divórcio, separação e/ou abandono do elemento masculino; mães adolescentes solteiras que assumem seus filhos; mulheres que decidem ter filhos sem o casamento e o convívio com o pai da criança (“produção independente”); famílias formadas por casais homossexuais, com ou sem a presença de crianças (filho(a) de outros relacionamentos/sobrinho/parente/criança adotada); famílias formadas por pessoas convivendo no mesmo espaço, sem vínculos de aliança ou consaguinidade, mas com ligações afetivas de mútua dependência e responsabilidade.

Essa multiplicidade de arranjos familiares confirmou-se também na pesquisa *Desenhos de família. Criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais* (Sousa e Rizzini, 2001) realizada em Goiânia (GO)³. No levantamento empírico realizado com 1272 famílias, seguindo a mesma metodologia utilizada pelo IBGE para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, foram identificados treze *desenhos* familiares:

- Nuclear simples – família constituída pelo casal em que ambos tiveram apenas uma união e tem ou já tiveram filhos. Por exemplo: pai + mãe + filhos biológicos e/ou adotivos; pai + mãe + filhos dos quais atualmente alguns moram fora de casa e outros ainda moram com os pais; pai + mãe + filhos que não moram mais com os pais;
- Mononuclear – família constituída pelo casal, em que ambos tiveram apenas uma união e nunca tiveram filhos;
- Monoparental feminina simples – organizada em torno da figura feminina que não tem companheiro co-habitando. Por exemplo: mãe (solteira ou divorciada ou viúva) + filhos; mãe (solteira ou divorciada ou viúva) que tem ou já teve filho(s) e hoje mora sozinha;
- Monoparental masculina simples – organizada em torno de uma figura masculina que não tem companheira co-habitando. Por exemplo: pai (solteiro ou divorciado ou viúvo) + filhos; pai (solteiro ou divorciado ou viúvo) que tem ou já teve filho(s) e hoje mora sozinho;
- Nuclear extensa – família constituída pelo casal, em que ambos tiveram apenas essa união e que tem ou já tiveram filho(s) com agregados adultos (maiores de 18 anos) morando juntos. Por exemplo: pai + mãe + filho(s) morando com os pais + agregados adultos; pai + mãe + filho(s) morando fora + agregados adultos;
- Nuclear com avós cuidando dos netos – família constituída pelo casal de avós que cuidam e educam netos menores de 18 anos. Por

exemplo: avós + netos; avós + filho(s) + neto(s). São famílias que estão organizadas em torno das figuras dos avós, que mantêm financeiramente filhos(as) e netos(as) e também detêm as informações sobre o grupo familiar;

- Nuclear reconstituída – família constituída pelo casal em que um, ou ambos os cônjuges, já tiveram mais de uma união conjugal. Por exemplo: pai + mãe divorciada ou viúva com ou sem filho(s); mãe + pai divorciado ou viúvo com ou sem filho(s);
- Nuclear com criança(s) agregada(s) – famílias constituídas pelo casal em que ambos tiveram apenas essa união, têm ou tiveram filho(s) biológicos e têm criança(s) que não são filho(s) morando juntos. Por exemplo: pai + mãe + filhos biológicos morando juntos + crianças agregadas; pai + mãe + filho(s) biológico(s) morando fora + criança(s) agregada(s);
- Monoparental com criança(s) agregada(s) – família organizada em torno de uma figura feminina ou masculina que não tem companheiro co-habitando, que tem ou já teve filho(s) e que tem criança(s) não filha(s) biológica(s) co-habitando. Por exemplo: pai + filho(s) biológico(s) morando juntos + criança(s) agregada(s); pai + filho(s) biológico(s) morando fora + criança(s) agregada(s); mãe + filho(s) biológico(s) morando juntos + criança(s) agregada(s); mãe + filho(s) biológico(s) morando fora + criança(s) agregada(s);
- Monoparental feminina extensa – família organizada em torno de uma figura feminina que é mãe e não tem cônjuge co-habitando. Moram também com essa família outros adultos (parentes e/ou amigos) maiores de 18 anos. Por exemplo: mãe (solteira ou divorciada ou viúva) + filho(s) morando juntos + adulto(s) agregado(s); mãe (solteira ou divorciada ou viúva) + filho(s) morando fora + adulto(s) agregado(s);
- Monoparental masculina extensa – família organizada em torno de uma figura masculina que é pai e não tem cônjuge co-habitando. Moram também com essa família outros adultos (parentes e/ou amigos) maiores de 18 anos. Por exemplo: pai (solteiro ou divorciado ou viúvo) + filho(s) morando juntos + adulto(s) agregado(s); pai (solteiro ou divorciado ou viúvo) + filho(s) morando fora + adulto(s) agregado(s);
- Atípica – família organizada em torno de adultos e/ou adolescentes, com ou sem vínculos sanguíneos, sem a presença dos pais, que co-habitam por questão de sobrevivência material e/ou afetiva; pessoas que moram sozinhas (variados tipos de estados civis); casais de homossexuais masculinos ou femininos.

A sistematização dessas categorias exigiu um processo bastante complexo, que envolveu uma equipe multidisciplinar. O critério fundamental utilizado para essa categorização foi a identificação da figura em torno de quem a

família se organiza, tanto material quanto emocionalmente. Houve também a preocupação em observar, no caso da presença de crianças e adolescentes na família, quem se responsabilizava por elas. As categorias definidas são uma tentativa de sistematização da realidade encontrada. Certamente alguns *desenhos* de famílias não foram alcançados, contudo, dar alguma visibilidade a uma situação cotidianamente reconhecida e pouco divulgada cientificamente representa um avanço.

Quanto a essas novas configurações familiares, Pereira (1995) observa que elas certamente expressam os desafios contemporâneos com os quais as famílias se defrontam. Em face delas, cabe às famílias: reconhecer que essas mudanças são conseqüência das transformações ocorridas na estrutura da economia, nos processos de trabalho e nas relações sociais em geral; compreender o caráter, os determinantes e os impactos culturais, econômicos e políticos dessas mudanças; orientar/interferir nas respostas que vêm sendo pensadas e postas em prática, sob a forma de políticas e das garantias constitucionais para enfrentar esses desafios. Entretanto, essa visão de Pereira (1995) acerca da necessidade e do modo de as famílias enfrentarem esses desafios e interferirem no processo social não constitui tarefa fácil para as famílias de camadas populares, freqüentemente consideradas incompetentes, tal como mostram os discursos de alguns representantes das instituições sociais.

Contrariamente, concepções de que as famílias de camadas populares são as legítimas educadoras/formadoras dos filhos apontam para a necessidade de realização de estudos que ajudem a compreender e explicar o contexto interno de cada família, gerado nas interações e relações entre seus membros.

Nessa perspectiva, os estudos que permitem compreender as famílias em suas especificidades subjetivas, e em suas diferentes formas de relacionamento com o contexto social mais amplo, se tornam cada vez mais necessários (Peres, 2002b). Eles vão possibilitando a construção de informações a respeito dos processos de desenvolvimento das famílias e das relações desses com os processos de desenvolvimento das crianças. Neste artigo, essas informações são apresentadas em forma de descrição e de interpretação do cotidiano relacional dessas famílias, baseadas em um processo de investigação que objetiva discutir como é que elas assumem seu lugar de sujeito no processo de educação dos filhos.

Famílias de camadas populares uma descrição/interpretação de seu cotidiano relacional

A idéia de que famílias pobres são “desorganizadas e violentas” pode ter favorecido o movimento histórico de colocá-las à margem do processo de educação dos filhos, muitas vezes delegado a instituições públicas e privadas. A institucionalização das crianças pobres é uma forma de negar às famílias o

direito de exercer o papel de sujeito na educação dos filhos, de assumir e enfrentar as contradições às quais se encontram submetidas no seu cotidiano e, portanto, o direito de atualizar e de desenvolver suas potencialidades.

De acordo com Minuchin, Colapinto e Minuchin (1999), as famílias pobres, além de não poderem escrever as suas histórias, são submetidas a processos de padronização, sendo violentadas pelas intervenções sociais que desconhecem suas possibilidades de enfrentamento das variadas crises imprevisíveis que caracterizam suas existências. Geralmente essas crises estão associadas ao contexto social mais amplo, como o desemprego e a falta de acesso à educação formal, e dificultam o movimento natural do ciclo da vida, trazendo problemas para a organização e o funcionamento do cotidiano dessas famílias (Peres, 1997).

Entretanto, essas dificuldades macrossócioeconômicas que têm interferido na realização do modelo ideal de família nas camadas populares, nem sempre constituem, segundo Peres (1997), em impedimento para o desenvolvimento e manutenção de laços afetivos entre seus membros. Estudando famílias pobres de periferia urbana, essa autora pôde compreender que, em algumas delas, apesar das múltiplas crises imprevisíveis vividas, pais e filhos constituem relações afetivas duradouras e permanecem juntos para seguir buscando realizar suas necessidades sociais. O estudo permitiu compreender, também, que essas são as famílias que conseguiram criar e desenvolver variadas estratégias coletivas de sobrevivência mas, principalmente, de integração entre os filhos, preparando-os para a inserção no espaço social mais amplo. Deve-se ressaltar que essas famílias não eram passivas, reclamavam da falta de suporte político-social para a educação dos filhos, tecendo críticas a respeito da falta de atuação do Estado. Seus sentimentos para com essa instância, conforme expressou uma avó, eram de não ter “ilusões” ou, conforme concluiu uma mãe, “*a gente espera só de nós mesmos, do trabalho e mais nada*”⁴.

Esse trabalho de descrição das famílias de camadas populares mostrou que o apoio social recebido por grande parte delas era de vizinhos (70%) e, às vezes, de parentes. As formas de organização interna, tais como a divisão das tarefas domésticas e a realização de atividades em grupo, foram compreendidas como auxiliares das famílias no processo de constituir e manter a união entre seus membros. Como exemplo, foi citada a família que se reunia para preparar o almoço de domingo, “*conversando alegremente; enquanto duas filhas picavam as verduras, a outra refogava o arroz e a mãe ficava comandando*”⁵.

É nesse tipo de reunião que os membros da família podem conversar sobre assuntos variados tendo a oportunidade de estabelecer entre si um diálogo, uma comunicação sobre as subjetividades particulares constituídas no cotidiano das relações (Peres, 2001). Essa autora focaliza a comunicação

intersubjetiva na família, considerando-a fundamental para a constituição dos vínculos afetivos entre pais e filhos, para o desenvolvimento das relações entre eles. Nessa perspectiva, o almoço de domingo daquela família foi visto como uma das oportunidades que ela encontrava para a consolidação dos vínculos entre seus membros, transformando as interações em espaço fundamental para o exercício e o aprofundamento dos laços de solidariedade entre eles. A idéia é de que talvez, ao construir para si essa forma de convivência e de apoio, essa família estivesse tentando tornar-se sujeito da sua história.

Para Levy-Moreno (1997), essa família estaria favorecendo a seus filhos o aprendizado das relações sociais, a constituição de seus "átomos sociais", ou seja, de seus mundos relacionais constituídos pelas pessoas com as quais encontravam-se vinculados. De acordo com as idéias desse autor, a constituição de vínculos afetivos mais próximos e mais profundos tem sua matriz nas interações positivas entre os membros familiares. No entanto, segundo Minuchin, Colapinto e Minuchin (1999), as estruturas emocionais positivas, encontradas no interior das famílias pobres, nem sempre são reconhecidas pelas agências sociais que podem, com suas intervenções unilaterais, promover grandes violências contra elas.

Ao discutir a organização das famílias no Brasil, Neder (2000) lembra que o padrão autoritário da organização política brasileira, responsável pela perda de vínculos familiares e de crises de identidade da população negra no período da escravidão, pode ser relacionado à perda de vínculos e às crises de identidade manifestadas entre as classes populares de origem africana. Nesse sentido, é preciso considerar que a separação forçada de pais e filhos, mesmo quando realizada como medida de proteção para a criança, deve ser cuidadosamente estudada em seus procedimentos e conseqüências. A violência das agências sociais configura-se quando as intervenções são realizadas sem o reconhecimento das emoções positivas geradas e veiculadas no interior das famílias, sem o reconhecimento das competências específicas de cada uma delas para resolver seus próprios problemas, e para tomar as decisões que lhes cabem.

Como alertam Minuchin, Colapinto e Minuchin (1999), o apoio às famílias pobres deve pressupor o reconhecimento de suas estruturas, vínculos e padrões de interação, bem como de seus limites de atuação, com seus significados peculiares. Isso significa que as intervenções devem ser feitas a partir dos recursos das famílias, com a sua participação efetiva, e não a partir das demandas das instituições sociais e de seus especialistas.

Minuchin, Colapinto e Minuchin (1999) ressaltam a necessidade urgente de mudança do enfoque adotado em relação às famílias pobres, lembrando que os vínculos familiares e seus sentidos subjetivos, para cada família, não devem ser negligenciados em nenhuma circunstância. Um exemplo disso é o caso da família de Ana e suas filhas⁶, Tereza, de 12 anos e Raquel de 10

(todos os nomes são fictícios), nascidas de pais diferentes, desconhecidos por elas. Após ter sido constatada pela avó substituta (mãe adotiva de Ana) uma situação de abuso das meninas na vizinhança, a guarda de ambas foi dada à avó, supostamente mais preparada para protegê-las. Ao final de alguns meses, com dificuldades para permanecer com as meninas, a avó levá-las para um abrigo e, assim, a institucionalização é tomada como a melhor alternativa, mantendo-se a separação de mãe e filhas.

Em ação mediada pela equipe socioterapêutica do Cepaj, em parceria com o Ministério Público, Ana e as filhas puderam expressar o sentido da separação para elas, manifestando fortemente seu desejo de reunirem-se, e a necessidade de apoio externo para retomarem sua vida de família e desenvolverem seus papéis parentais.

O desejo de reunião de mãe e filhas foi tomado pela equipe socioterapêutica como um componente importante da vinculação positiva entre elas e que não havia sido levada em conta no momento da separação. Compreendeu-se que a instituição, embora oferecendo às crianças melhores condições materiais de vida, não fora significativa para elas, como a mãe o era. A mãe representava para elas os laços constituídos historicamente, o vínculo afetivo que, segundo Vicente (2000), é o aspecto fundamental da condição humana, essencial ao desenvolvimento do indivíduo.

A necessidade de reunião dos membros dessa família é um importante "indicador" para a compreensão da força dos vínculos positivos entre pais e filhos. A separação não pode, por si só, fazer pais e filhos se desligarem afetivamente, devendo ser observada essa condição quando é inevitável.

É necessário que as agências sociais reconsiderem, em suas intervenções, o lugar de sujeito da família. Na verdade, ambas, agência e família, devem refletir e agir em interdependência, quando se tratar da vida de crianças. As famílias devem se constituir no contexto mais importante para a criação e educação dos filhos, e as contradições por elas vividas nessa tarefa educacional, freqüentemente geradas pelas dificuldades de sobrevivência, devem ser analisadas, discutidas e transformadas pela ação de todos os membros, com o apoio das agências sociais e dos profissionais aí envolvidos.

Em uma pesquisa recente realizada no Bairro Nova Cidade, M. L. Oliveira, S. M. G. Sousa e V. L. A. Peres et alii (Sessão Poster), município de Aparecida de Goiânia, a equipe do Cepaj pôde constatar que a transformação dos membros das famílias em atores sociais torna-se fundamentalmente importante quando se trata de intervir em uma realidade determinada. Tal como no exemplo da família de Ana, constatou-se que é preciso atentar para os recursos das famílias e saber como ajudá-las em sua atualização, visando o seu desenvolvimento e das circunstâncias que as cercam. Por tratar-se de uma pesquisa sóciofamiliar para a implantação de programa de transforma-

ção estrutural do bairro, com verba do Governo Federal em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), buscou-se, por meio de um processo comunicacional com as famílias, a sua participação ativa. A realização de um sociodrama tematizado (V. L. A. Peres, 2002a), conforme é proposto por Levy-Moreno (1997), permitiu uma maior visibilidade das necessidades e recursos efetivos das famílias, abrindo-se um espaço para que elas pudessem compartilhar as dificuldades vivenciadas em face dos problemas estruturais do bairro e, juntas, reivindicar e construir possibilidades de superação delas.

Quanto à criação e educação dos filhos, a idéia é que famílias pobres necessitam, em face das múltiplas dificuldades e contradições que experimentam em seu cotidiano, ser fortalecidas e confirmadas. Para que possam utilizar seus próprios recursos ou potencialidades, tornando-se sujeitos do movimento de transformação de si mesmas e da cultura de que participam, essas famílias necessitam de apoio sociopsicológico, que pode ser dado por meio de reuniões familiares ou de sociodramas tematizados, como o que foi realizado no bairro Nova Cidade.

Minuchin, Colapinto e Minuchin (1999) parecem ter inteira razão quanto à necessidade de implementar programas centralizados nas famílias como um todo, ou de intervenção sistêmica. Isso significa que as agências sóciopolíticas de apoio familiar devem estar interconectadas com as famílias, ao mesmo tempo em que seus membros devem estar conectados entre si. Essa proposta pressupõe a compreensão dos padrões de relação de cada família e de seus movimentos desenvolvimentais.

As famílias necessitam de ajuda, principalmente em seus momentos de transição, para o enfrentamento dos conflitos daí advindos. Mas isso só pode ser feito se a ênfase da intervenção recair sobre seus recursos e potencialidades e não somente sobre suas dificuldades e problemas. As intervenções convencionais, muitas vezes autoritárias, devem ser substituídas pelas intervenções participativas de co-construção dos sistemas familiar e político-social. É preciso, pois, desenvolver programas de educação e de intervenção que focalizem as famílias em si mesmas, a interação entre seus membros e a interação entre elas e outros níveis do macrossistema, tais como da política e da economia.

Baseando-se em sua prática clínica e institucional com famílias pobres construída a partir das idéias de Levy-Moreno (1997), Peres (1997) propõe que é somente mediante o reconhecimento de sua condição de sujeito do próprio processo de desenvolvimento que as famílias se mostram capazes de interferir no desenvolvimento de seu grupo familiar. Dessa forma, parece indispensável o investimento no trabalho psicoeducativo com essas famílias, para que elas possam assumir sua condição de sujeito do seu processo de desenvolvimento, exercendo influência sobre o bairro, a cidade, o país, e não apenas sendo influenci-

adas. O apoio de que elas necessitam é no sentido de que possam ser reconhecidas como um recurso, como parte da solução de seus problemas, como competentes em si mesmas, mas conectadas com outros recursos sociais, os que lhes são, por direito, devidos: o direito ao trabalho, o direito à educação formal, o direito a um sistema de saúde efetivo, por exemplo.

Entendendo que a unidade familiar deve ser uma referência central na formulação de políticas de combate às desigualdades sociais no país e que a política de proteção à família é uma forma eficaz de atuar sobre a realidade das crianças e dos adolescentes imersos na miséria e na pobreza, algumas ações são imprescindíveis, entre elas a constituição de reuniões interfamiliares de psicoeducação como medida preventiva; a formação continuada para educadores sociais enfocando a abordagem da família em programas de apoio, e assessoria de especialistas da área de família para a elaboração dos projetos de intervenção das agências sociais.

Notas

- (1) Psicóloga, psicodramatista, doutora em Psicologia Social pela PUC-SP, professora do Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Goiás.
- (2) Psicóloga, psicodramatista didata e terapeuta de casais e famílias. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Goiás. Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB).
- (3) Numa parceria entre o Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (Cepaj) da Universidade Católica de Goiás e a Coordenação Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI), vem se desenvolvendo o Projeto Elos-Goiás, cujo principal objetivo é compreender os diferentes processos de significação a partir dos quais a família goianiense parece constituir-se, produzindo novas formas de relação e elos familiares.
- (4) Peres, 1997:83-84.
- (5) Peres, 1997:100.
- (6) Família em situação de pobreza acompanhada pelo Cepaj, de cuja equipe multidisciplinar fazemos parte. Informações construídas pelo Núcleo de Atendimento, sob a coordenação da Psicóloga Mônica Barcelos Café.

Referências Bibliográficas

- CALDERÓN, Adolfo Ignacio e GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. "Família: a crise de um modelo hegemônico". *Serviço Social & Sociedade*, nº 46. São Paulo: Cortez, 1994.
- LEVY-MORENO, Jacob. *Psicodrama*. São Paulo: Cultrix, 1946/1997.
- MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J. e MINUCHIN, S. *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- NEDER, G. "Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil". In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. Brasília; São Paulo: Unicef. Cortez, 2000.
- OLIVEIRA, Maria Luiza M.; SOUSA, Sônia M. Gomes.; PERES, Vannúzia L. A.; PARO, Carmem R.; BORGES, Zélia M.; e LANDI, C E. *Estudo sociofamiliar dos moradores do bairro Nova Cidade em Aparecida de Goiânia – 54ª Reunião Anual da SBPC, 7-12 de julho, UFG. Goiânia: Goiás, 2002.*
- PEREIRA, Potyra A. P. "Desafios contemporâneos para a sociedade e a família". *Serviço Social & Sociedade*, nº 48. São Paulo: Cortez, 1995.
- PERES, Vannúzia Leal A. *Famílias de crianças em situação de rua: modos de vida, relacionamento familiar e práticas educativas*. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.
- *Comunicação, processos de subjetivação e ruptura entre famílias e crianças de rua*. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.
- *Sociodrama tematizado de uma comunidade: metodologia de co-construção para a pesquisa psicológica* (no prelo), 2002a.
- "Contexto Familiar e Desenvolvimento Humano: Considerações teórico-metodológicas". *Fragmentos de Cultura*. v. 12, n. 2. mar/abr. IFITEG. SGC/UCG. pp. 219-232, 2002b.
- SOUSA, Sônia M. Gomes e RIZZINI, Irene (Coords.). *Desenhos de família. Criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais*. Goiânia: Cênone, 2001.
- VICENTE, Cenise Monte. "O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo". In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo; Brasília: Cortez; Unicef, 1994.